

Diferentes setores da economia defendem coerência entre reforma tributária e regulamentação dos novos impostos

Em audiência pública do grupo de trabalho que analisa proposta de regulamentação da reforma tributária (PLP 68/24), os deputados ouviram as demandas específicas dos representantes de diferentes setores da economia. Os participantes ressaltaram a importância de manter a coerência com a emenda constitucional aprovada no ano passado, que

serve de base para o projeto em análise. De acordo com o consultor tributário da CNC, Fernando Garcia, o comércio terá elevação de 18% na carga de tributos, e os serviços, como regra geral, de 90%. Hotéis, que hoje pagam 6,7% de impostos, vão ser taxados pela tarifa padrão prevista na forma, estimada em cerca 26,5%.

Fonte: Febrac

STF forma maioria pela suspensão de decisão contra desoneração da folha

O Plenário do Supremo Tribunal Federal formou maioria, nesta terça-feira (4/6), para confirmar a suspensão, por 60 dias, da decisão liminar que barrou a desoneração da folha de pagamento de 17 setores produtivos. A sessão virtual que analisa o caso termina oficialmente às 23h59. Fonte: Conjur

Ajuda para recomeçar: como o empreendedor gaúcho pode ter acesso a crédito subsidiado com carência de 2 anos

O Governo lançou uma importante medida de apoio para os pequenos negócios do Rio Grande do Sul que foram afetados pelas recentes enchentes. Por meio do Pronampe, os ministérios do Empreendedorismo e da Fazenda disponibilizaram R\$ 30 bilhões em crédito, com um subsídio especial de R\$ 1 bilhão para tornar a recuperação financeira mais acessível para MEIs e empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. Fonte: Gov.br

Compensação para desoneração da folha sai na sexta, diz Haddad

A medida para compensar a manutenção da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia sairá na próxima sexta-feira (31), disse nesta noite o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo o ministro, o governo editará apenas um ato para aumentar a arrecadação que não dependerá do Congresso. Fonte: Agência Brasil

Reforma tributária deve ter impacto maior que 10% no PIB, diz Appy

Durante audiência pública sobre a reforma tributária na Câmara dos Deputados, o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou que a reforma tributária deve provocar um aumento de 10% no PIB em até 13 anos. A declaração ocorreu na última terça-feira. Fonte: Correio Brasiliense

Confiança empresarial sobe 0,2 ponto em maio ante abril, informa FGV

"A confiança empresarial manteve-se estável em maio, com diferenças significativas entre os setores. A Indústria e a Construção mostram resiliência, ao manterem índices de confiança próximos ao nível neutro de 100 pontos. Em contraste, os setores de Serviços e Comércio indicam enfraquecimento da atividade econômica", avaliou Aloisio Campelo Junior, superintendente do Ibre/FGV, em nota oficial. Fonte: InfoMoney



Empresa é condenada por não respeitar nome social de funcionária trans

Uma operadora de teleatendimento transsexual receberá uma indenização de R\$ 10 mil por não ter seu nome social respeitado no ambiente de trabalho. Ela também era impedida de utilizar o banheiro feminino da empresa. A decisão é da 1ª turma do TRT da 5ª região. Fonte: Migalhas

Juiz declara rescisão indireta do contrato de trabalhadora que ficou endividada após atrasos de salários

A JT reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho da empregada de uma instituição educacional de Caratinga, no Vale do Rio Doce. Segundo a profissional, a empregadora estava descumprindo obrigações do contrato de trabalho, o que a afetava moralmente. A decisão é do juiz titular da VT de Caratinga, Jônatas Rodrigues de Freitas, que garantiu à trabalhadora uma indenização por danos morais de R\$ 5 mil. Fonte: Granadeiro Advogados

Troca de mensagens durante audiência revela tentativa de manipulação de testemunhas e resulta em condenação

A 5ª VT de Guarulhos-SP condenou por má-fé reclamante que combinou depoimento com testemunhas fornecendo roteiro de possíveis perguntas do juízo e respostas esperadas. O documento orientava as pessoas a decorarem a jornada de trabalho a ser informada, a relatar redução do horário de almoço (intervalo intrajornada) do empregado, entre outros. Fonte: TRT2